



XXVII ENFERMAIO

Enfermagem e
Bem viver: os caminhos para a
saúde da população em territórios
fragmentados

Realização:



Apoio:



AÇÃO DE TESTAGEM RÁPIDA PARA ISTs EM PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Pedro Henrique Carneiro Vieira¹

Maria Luisa de Matos Fernandes²

Carla Viviane de Meneses Oliveira³

Maria Lorena Maia dos Santos⁴

Monalisa Rodrigues da Cruz⁵

Maria Lúcia Duarte Pereira⁶

TRABALHO PARA PRÊMIO: GRADUAÇÃO - EIXO 2: EXPERIÊNCIAS EXITOSAS NO CUIDADO À POPULAÇÃO EM TERRITÓRIOS FRAGMENTADOS.

RESUMO

Introdução: a população privada de liberdade destaca-se entre as populações específicas em situação de maior susceptibilidade de contrair Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), uma vez que estão expostas a fatores como local de alto risco de transmissão de doenças infectocontagiosas, compartilhamento de materiais perfurocortantes, maior exposição a todos os tipos de violência e estímulos a comportamentos sexuais diversos. **Objetivo:** relatar a vivência dos integrantes da Liga Acadêmica de Enfermagem em Infectologia da Universidade Estadual do Ceará (LAEIN - UECE) em uma ação de testagem para ISTs em uma unidade prisional. **Método:** trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, vivenciado por acadêmicos de Enfermagem membros da LAEIN - UECE. **Resultados e Discussão:** realizou-se testes de HIV, Hepatite B, Hepatite C e Sífilis na unidade prisional, a atividade resultou-se em uma experiência enriquecedora do processo formativo para os ligantes, uma vez que para realizar a ação foi necessário capacitação teórico-prático para estarem aptos no momento. **Conclusão:** a atividade extensionista trouxe contribuições para o público-alvo quanto para os ligantes envolvidos, colaborando para a fundamentação de conhecimentos teórico-práticos e promoção à saúde.

Palavras-chave: ISTs; Testes Rápidos; Pessoas Privadas de Liberdade.

1. Graduando em Enfermagem - Universidade Estadual do Ceará (UECE)
 2. Graduanda em Enfermagem - Universidade Estadual do Ceará (UECE)
 3. Graduanda em Enfermagem - Universidade Estadual do Ceará (UECE)
 4. Graduanda em Enfermagem - Universidade Estadual do Ceará (UECE)
 5. Mestre em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde - Universidade Estadual do Ceará (UECE)
 6. Doutora em Enfermagem - Universidade Estadual do Ceará (UECE)
- E-mail do autor: pedro.vieira@aluno.uece.br

INTRODUÇÃO

De acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP), entende-se por Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) aquelas com idade superior a 18 anos e que estejam sob a custódia do Estado em caráter provisório ou sentenciados para cumprimento de pena privativa de liberdade. Nesse sentido, a PNAISP tem por finalidade garantir que as unidades prisionais sejam reafirmadas como pontos de atenção básica no âmbito das Redes de Atenção à Saúde (RAS) e prevê, dentre outros, uma assistência resolutiva e contínua às demandas de saúde, controle e redução de agravos mais prevalentes no ambiente carcerário (Brasil, 2014).

Nesse contexto, segundo Utida *et al.*, (2021), a prevalência de sífilis na população carcerária de uma unidade prisional do estado de São Paulo era de 22,06%, enquanto de HIV foi 0,015%, e hepatite B de 2,09%. Por outro lado, não houve detecção de casos de hepatite C. No entanto, esses valores podem estar subestimados, tendo em vista a fragilidade das ações de promoção à saúde para as PPL, precariedade dos serviços de vigilância epidemiológica e não priorização de políticas públicas voltadas para o enfrentamento do HIV nessa população (Soares; Bueno, 2016).

Logo, a população privada de liberdade destaca-se entre as populações específicas em situação de maior susceptibilidade de contrair ISTs, uma vez que estão expostas a fatores como local de alto risco de transmissão de doenças infectocontagiosas, compartilhamento de materiais perfurocortantes, maior exposição a todos os tipos de violência e estímulos a comportamentos sexuais diversos (Soares; Bueno, 2016).

Deste modo, surge a necessidade de desenvolver ações voltadas para as populações com maior vulnerabilidade às ISTs, as chamadas populações-chave, que é composta por grupos que apresentam questões comportamentais, sociais e legais que aumentam sua vulnerabilidade. Tais grupos são constituídos por: travestis, transexuais, gays e outros homens que fazem sexo com homens (HSH), profissionais do sexo, pessoas privadas de liberdade e usuários de álcool e outras drogas (Brasil, 2022).

Nesse sentido, destaca-se o fornecimento gratuito pelo Ministério da Saúde de testes rápidos (TR) para diagnóstico precoce das ISTs, sendo utilizados para investigação do HIV, hepatites B e C e sífilis. Com o avanço das tecnologias, esses testes revelaram-se eficientes e

de grande importância para diagnóstico dessas infecções, pois apresentam fácil execução e não necessitam de estrutura laboratorial para realização, o que facilita o acesso do cidadão ao diagnóstico. Ademais, na maioria dos casos, a execução, leitura e interpretação dos TR é feita em até 30 minutos (Brasil, 2017).

Além disso, a necessidade de evidenciar para a comunidade civil e acadêmica a urgência de ações de promoção à saúde voltadas para população privada de liberdade se faz de suma importância para dar visibilidade a esses sujeitos. Nesta perspectiva, o presente estudo objetivou relatar a vivência dos integrantes da Liga Acadêmica de Enfermagem em Infectologia da Universidade Estadual do Ceará (LAEIN - UECE) em uma ação de testagem para ISTs em uma unidade prisional.

MÉTODO

Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, vivenciado por acadêmicos de Enfermagem, membros da LAEIN - UECE. A experiência ocorreu junto a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Fortaleza, por intermédio da Coordenadoria Regional de Saúde IV (CORES IV), com o objetivo de realizar uma ação de testagem rápida para ISTs em uma unidade prisional.

A ação foi realizada em uma unidade prisional militar masculina, localizada no município de Fortaleza-CE, no mês de março de 2024, em um único encontro, com duração de 4 horas. A LAEIN foi representada por dois de seus membros, que realizaram a atividade sob supervisão de uma enfermeira da SMS, além de serem auxiliados por outras duas enfermeiras e três Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da Estratégia de Saúde da Família (ESF).

Para o desenvolvimento da atividade, foram necessários: 1) a elaboração prévia de uma apresentação sobre ISTs, na qual foram abordados os sinais e sintomas dessas infecções e a importância de preveni-las, além da finalidade dos testes rápidos; 2) testes rápidos para HIV, Sífilis e Hepatites B e C, sendo tais testes disponibilizados pela SMS; 3) fichas estabelecidas pela SMS para realização da anamnese; 4) materiais como lancetas, algodão, álcool 70%, equipamentos de proteção individual – como máscaras e luvas de procedimento –, coletor para material perfurocortante e saco de lixo para material infectante.

A ação foi realizada na sala da barbearia do presídio, sendo o primeiro momento representado pela breve explicação sobre a temática de ISTs, durante a qual foi feito o convite para as testagens rápidas. Logo após, foi preenchida a ficha de identificação dos privados de

liberdade que demonstraram interesse em realizar os testes, seguida pela testagem rápida dos mesmos. Aguardou-se 30 minutos para que os testes fossem interpretados e, posteriormente, os membros da LAEIN preencheram a ficha de resultado e convidaram os participantes da ação, individualmente, para receberem os seus respectivos resultados. Nesse momento, houve um breve aconselhamento acerca da realização de práticas sexuais seguras, o que marcou o encerramento da ação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A unidade prisional conta com o quantitativo de 76 privados de liberdade naquele respectivo pavilhão onde a ação foi proporcionada, os quais são ex-policiais militares afastados do cargo devido a delitos e crimes cometidos. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as penas privativas de liberdade devem ser tratadas como privações daqueles que efetivamente geram riscos à sociedade e que não teria outro jeito de sanção, sendo assim cada integrante da unidade é dividido em vivências e de acordo com a afinidade de cada PPL, independente do crime relatado (CNJ, 2016).

No primeiro momento da atividade, foi proporcionado uma conversa com os integrantes da unidade prisional, tanto com as pessoas privadas de liberdade quanto com os policiais militares e agentes penitenciários que fazem a guarda da unidade, sobre ISTs e seus respectivos sinais e sintomas. Realizou-se uma breve apresentação dos ligantes, antes de iniciar as atividades, uma vez que a abordagem em IST inclui as dimensões assistenciais, educativas, gerenciais e abrangem ações de educação em saúde e há uma necessidade de uma comunicação efetiva com o público a ser trabalhado (Brasil, 2022).

Durante a apresentação, foi comunicado aos presentes que caso estivessem confortáveis e conscientes da importância de saber mais um pouco sobre as ISTs, haveria um espaço separado para realização dos testes rápidos de Sífilis, Hepatite B e C, e HIV, uma vez que a saúde sexual desse público é uma pauta emergente para manter os direitos constitucionais (Gomes *et al*, 2020). Após comunicados da ação, os ex-policiais militares não se mostraram responsivos e interessados com a realização dos testes.

No segundo momento da ação, realizou-se as testagens de forma individualizada, garantindo a confiabilidade das informações. Ressalta-se que, o local disponibilizado para ação, sala da barbearia, estava condizente com a precariedade dos presídios brasileiros atuais,

sendo perceptível aos ligantes a incapacidade gerencial e orçamentária dos governos para humanização do sistema penitenciário no âmbito da saúde (Uziel *et al*, 2018).

Neste segundo momento, contou-se com o auxílio de duas enfermeiras da prefeitura, onde se dividiram entre o preenchimento das fichas de identificação dos participantes e na execução dos testes. Além disso, para uma melhor organização da atividade, a testagem foi dividida em dois momentos: primeiramente, a realização da punção digital para os testes de sífilis, hepatite B e C e, em segundo período, a realização do teste de HIV de forma separada, cujo a fabricante do exame exigia algumas especificidades.

Após 30 minutos de análise de cada resultado, os testes foram lidos, logo em seguida as fichas de resultado foram preenchidas e assinadas pela enfermeira da SMS. Cada PPL foi chamada individualmente, no ambiente reservado para obter os resultados das testagens. Nesse momento, foi feito um breve aconselhamento e educação em saúde, onde foi informado sobre práticas educativas em saúde sexual e reprodutiva, com uma didática acessível ao entendimento do público-alvo, deixando-os cómodos para tirar qualquer tipo de dúvida e foram comunicados sobre o caráter do teste e expostos sobre a importância de uma testagem regular.

Diante do exposto, o aconselhamento realizado no momento dos resultados dos testes não foram aprofundados da forma esperada, o que não enfatiza o perfil biopsicossocial, englobando as singularidades adversas dos candidatos. Durante a entrega dos resultados, executou-se uma abordagem generalista e não específica, sem direcionamento intrínseco ao cliente, dado que as fichas de realização do pré-teste, material que proporciona uma abordagem individualizada a cada paciente, eram limitadas e não abarcou todos os internos da unidade prisional. Todos os TR tiveram resultados não reagentes, evidenciando dados contrários ao esperado pela a equipe de saúde e de estudos, já que as PPL contam com um grau de incidência maior para contrair ISTs (Brasil, 2022).

Salienta-se que, apesar de ser um grupo com maior vulnerabilidade, devido à posição ocupada em sociedade, salienta-se que o respectivo padrão social evidenciado no público da ação, ex profissionais da área da segurança, pode ter corroborado com os resultados obtidos, posto que o perfil desses indivíduos é compreendido por um grau de escolaridade maior, devido às demandas formativas da profissão, do que o esperado por civis em situação de privação da liberdade. Dessa maneira, a compreensão quanto ao conteúdo de

prevenções e cuidados com as ISTs é facilitada, evidenciando como o recorte social influencia na conjuntura em saúde (Valim; Daibem; Hossne, 2018; Silva *et al*, 2020).

O público-alvo potencializou a ação, pois, ao contrário do que transparecia na atividade inicial, compreendiam-se responsivos e contribuintes para que a ação fosse realizada de forma efetiva e com bons resultados, dado que auxiliavam quando solicitado e perguntavam quanto à importância da testagem na unidade penitenciária. Nesse contexto, torna-se imprescindível mensurar a contribuição da atividade para os internos do presídio, uma vez que, para eles, percebeu-se como um momento fora da rotina, de descontração das atividades prisionais diárias e de conscientização quanto ao conhecimento acerca das ISTs.

Ademais, com relação às dificuldades encontradas pelos ligantes no momento da realização da atividade, evidencia-se a organização da logística, a demanda de clientes superior a carga que os profissionais atuantes poderiam comportar com precisão e o tempo de realização insuficiente para adequar ao quantitativo do público. Dessa forma, resultando em um não aprofundamento das etapas de acolhimento. Outra dificuldade, foi o fato de nunca terem trabalhado com o respectivo público. Consequentemente, o receio, a angústia e a inexperiência, em virtude de estarem cursando semestres iniciais da graduação, foram fatores limitantes para a realização da ação.

Apesar das limitações, também houveram diversas contribuições para os ligantes, tais como: uma maior perspectiva acadêmica quanto ao público trabalhado, a fundamentação de conceitos teórico-práticos, desde o processo de anamnese dos pacientes quanto do cuidado humanizado explicitado em conteúdos da graduação e, por fim, a experiência em relação a realização das testagens. Portanto, resultou-se em uma experiência enriquecedora do processo formativo, para os ligantes, uma vez que para realizar a ação foi necessária capacitação teórico-prático para estarem aptos no momento.

Com isso, a atuação dos ligantes em conjunto com os profissionais de saúde promoveu monitoramento de ISTs na unidade prisional, além de educação em saúde, visto que as pessoas privadas de liberdade possuem maior vulnerabilidade devido a condição que vivenciam, o que contribui para que esse grupo tenha a saúde mental e física mais comprometida, quando se comparado à população geral (Valim; Daibem; Hossne, 2018). Assim, observa-se que além da contribuição para o processo formativo dos ligantes, esta ação corroborou positivamente para a vigilância em saúde e bem estar individual dos privados de liberdade.

CONCLUSÃO

A ação extensionista da LAEIN em parceria com a SMS, configurou-se de fundamental importância no contexto sócio-cultural, abordando medidas educacionais em saúde e assistência clínica, perpassando pelas esferas do cuidado em enfermagem e englobando modelos assistenciais doutrinadores de saúde pública. Dessa forma, a atividade colaborou para a vigilância epidemiológica do público contemplado, fornecendo conhecimento e cuidado assistencial e evidenciando também uma prática de integração social, colaborando para o processo de ressocialização comunitária. Com isso, motivando ações com novas testagem, para abranger todos que estejam dispostos à realização, com uma maior infraestrutura e logística.

Em suma, essa atividade extensiva facilitou a execução do exercício profissional de enfermagem em uma atmosfera imersiva, onde os estudantes desdobram-se no papel de cuidador ativo, explorando elementos multidisciplinares presentes em sua formação. Outrossim, o enfrentamento de problemas durante o ofício, como a sobrecarga profissional dificultou algumas etapas que podem ser aperfeiçoadas em experiências futuras, tais atividades têm o intuito de complementar a graduação, moldar o perfil do universitário, com experiências reais e diversificadas que percorrem todas as dimensões do cuidado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Infecções Sexualmente Transmissíveis - Cuidados na Execução dos Testes Rápidos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://telelab.aids.gov.br/moodle/pluginfile.php/116412/mod_resource/content/5/Manual_M%C3%B3dulo%20FINAL_CORRIGIDA%20COM%20ANEXOS_V4.pdf. Acesso em: 24 Mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Justiça. Portaria Interministerial. **Institui normas para a operacionalização da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)**, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2014/pri0001_02_01_2014.html. Acesso em: 24 Mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)** — Departamento de HIV/Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente Transmissíveis (2022). Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/pcdts/2022/ist/pcdt-ist-2022_isbn-1.pdf/view. Acesso em: 23 Mar. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi. **Série de Tratados Internacionais de Direitos Humanos. Regras de Mandela: regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos**, 22 maio 2016.

GOMES R, Couto MT, Keijer B. Hombres, género y salud. **Salud Colect.** 2020;16:e2788. doi: <https://doi.org/10.18294/sc.2020.2788>

SILVA, João Batista. Profissionalização policial-militar e a judicialização da gestão pública no Brasil: Qual a escolaridade necessária para ser um profissional de segurança?. Aspectos Conceituais da Profissionalização Policial-Militar, **REBESP**, v. 13, ed. 1, p. 20-32, 1 jan. 2020. ISSN 2175-053X

SOARES Filho, M. M.; Bueno P. M. M. G. Demografia, vulnerabilidades e direito à saúde da população prisional brasileira. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, n. 7, p. 1999–2010, jul. 2016. <https://doi.org/10.1590/1413-81232015217.24102015>

UTIDA EG; et al. Incidência das infecções sexualmente transmissíveis (IST's) da população privada de liberdade. **Revista Saúde & Ciência online**, v. 10, n. 1, (janeiro a abril de 2021). p. 30-41. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000122018>

UZIEL AP, Scisleski ACC, Barros JPP, Bicalho PPG. Sistema Prisional e Segurança Pública: Inquietações e Contribuições da Psicologia. **Psicol Cienc Prof.** 2018. doi:

VALIM, E. M. A.; Daibem, A. M. L.; Hossne, W. S. Atenção à saúde de pessoas privadas de liberdade. **Revista Bioética**, v. 26, n. 2, p. 282–290, jun. 2018. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-80422018262249>